



## EDITORIAL

# O futuro da UFRB e do Brasil depende do fim do Governo Bolsonaro

Lamentavelmente, os ataques à Universidade pública e aos seus servidores não têm fim. Nos últimos anos, observamos cortes sucessivos no orçamento e a implementação de medidas que destroem o caráter público das nossas instituições, num processo acentuado de sucateamento.

Os nossos salários perderam pelo menos 48% do seu poder de compra desde 2017. Mesmo assim, o reajuste dos servidores públicos federais foi negado. Tudo isso desestimula e afasta colegas a entrarem e permanecerem na carreira docente, sem falar nos impactos na produção acadêmico-científica brasileira, tão importante para mudar os rumos do nosso país.

Os/as nossos/as estudantes vêm enfrentando cada vez mais dificuldades para se manterem na UFRB. As bolsas defasadas e insuficientes, a carência de residências estudantis e a falta de res-

taurantes universitários são problemas que dificultam a permanência e colaboram com a evasão. E é por isso que a APUR está apoiando as justas reivindicações do movimento estudantil.

Em meio a essa situação crítica, é notório que o Governo Bolsonaro vai intensificar o processo de destruição das bases que estruturam nossas universidades. Visto que depois do bloqueio no orçamento realizado em junho, relançou o REUNI digital e, nessa semana, o CNE apresentou diretrizes que visam ampliar e consolidar o ensino híbrido na Educação Superior.

Embora a UFRB completa 17 anos de sua criação, encontra-se ainda em processo tardio de implementação, tendo, portanto, seu futuro condicionado ao fim desse governo. Pois não há esperança de que os campi do CETENS e CECULT, ou as inúmeras obras paralisadas em toda a UFRB, sejam

retomadas num possível segundo Governo Bolsonaro. Ou ainda que o orçamento destinado ao custeio e investimento das universidades seja significativamente ampliado, seguindo sentido completamente oposto ao atual.

É imprescindível colocarmos um fim no Governo Bolsonaro. Se nos últimos anos não conseguimos construir a mobilização necessária para isso, nesse momento, o principal espaço são as eleições. Num contexto de ataques à democracia, talvez essa seja a eleição mais importante, desde a redemocratização. Precisamos discutir na categoria nossa intervenção nesse processo, para interrompermos a destruição sistemática do país, pois não podemos nos omitir no momento mais importante da nossa história recente.

Diretoria da APUR

# VIDA LONGA À UFRB: 17 ANOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PARA O RECÔNCAVO DA BAHIA



No próximo dia 29, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) completará 17 anos. Uma rápida busca pela história da UFRB apenas vai informar que ela foi criada pelo projeto de Lei 11.151, de 29 de julho de 2005; deixando em segundo plano a essência de sua existência, que foi a luta do povo do Recôncavo para ter uma universidade no interior da Bahia.

Esses 17 anos não são apenas um número, mas sim o tempo em que essa universidade vem sendo a oportunidade, e talvez a única, do povo pobre do Recôncavo de ter acesso a um ensino superior de qualidade. Para o professor Juvenal Carvalho (CAHL), a existência da UFRB é um motivo de orgulho e de celebração: “A existência da universidade espalhada nas cidades da região do Recôncavo permite que um número significativo de pessoas tenha acesso ao ensino superior, pessoas que não teriam condições de frequentar a universidade se tivessem que ir para Salvador ou para outro centro qualquer. Então, a simples existência viabiliza uma transformação importante que é dar oportunidade para os filhos e filhas

do Recôncavo poderem acessar o ensino superior”, defendeu o professor.

Reiterando os argumentos acima, o professor Pedro Melo (CCAAB) destaca três aspectos sobre a implementação da UFRB do Recôncavo: a proximidade física entre a população e a universidade pública, a democratização do acesso dos habitantes dessa região ao ensino de nível superior e o desenvolvimento econômico das localidades onde os campi estão instalados.

Em sua avaliação, apesar da UFRB ainda não ter conseguido atender à demanda vocacional da população do Recôncavo da Bahia, principalmente no que tange à diversificação de cursos noturnos, sua presença na região vem concretizar a possibilidade do/da estudante frequentar o ensino superior público em uma localidade mais próxima de sua residência. Além disso, a implementação do SISU viabilizou a concretização do ingresso em uma instituição de ensino superior para vários estudantes egressos da escola pública, o que repercute no aumento do número de pessoas com possibilidade de acessar um nível de formação humana e profissional que

antes era privilégio de alguns setores da sociedade”, pontuou Pedro Melo.

## O impacto da UFRB nas localidades em que está inserida

Só com essas intervenções já dá para perceber a importância da UFRB para o desenvolvimento da população do Recôncavo da Bahia. Segundo o professor David Teixeira (CFP), ao longo dos anos é possível perceber o grau de envolvimento da comunidade com a universidade e também da universidade nos dilemas e desafios da região do Recôncavo e do semiárido, com a inserção de Feira de Santana. “É perceptível isso no desenvolvimento dos dados educacionais, nos programas de saúde, nas atividades vinculadas à agricultura, todas as áreas onde a UFRB tem contribuído com a formação profissional,” ponderou o professor.



Ainda de acordo ao professor David, apesar de nova, a UFRB já demonstra para a população do Recôncavo o seu papel enquanto fomentador de desenvolvimento regional: “e demonstra isso com qualidade, mesmo enfrentando todos os percalços de ordem financeira e de ataque do governo federal ao longo dos anos. Não resta dúvida, na minha opinião, que a UFRB é um projeto exitoso; com todo o sacrifício e o empenho da comunidade interna”, finalizou David.

A UFRB também tem contribuído com a cultura nas localidades em que está sediada, promovendo diversas atividades culturais. Bem como não podemos esquecer que a UFRB foi pioneira nas ações afirmativas, uma importante questão abordada na fala da professora Edleuza Oliveira (CCS): “A atuação da UFRB no Recôncavo ao longo desses 17 anos tem sido de transformação e desenvolvimento social na região, oportunizando a muitos jovens das camadas populares o direito de acessar a educação superior. A partir de políticas de acesso e permanência, tem possibilitado que milhares de jovens ingressem na universidade pública.”

Um ponto que foi abordado por todos que falaram sobre a importância da UFRB foi o estímulo financeiro que ela trouxe à região, com o crescimento, por exemplo, do setor imobiliário e do comércio em geral.

### **História de êxito, mas também de luta**

Como lembrado no início, a UFRB é fruto da luta do povo do Recôncavo, uma luta que não parou quando da vitória da sua criação, mas que é travada constantemente. Na visão do professor Juvenal, além de orgulho e celebração, a existência da UFRB também é motivo de luta, “muita luta para continuar viabilizando essa experiência até aqui exitosa de transformação do Recôncavo.”

O professor defende que não podemos esconder os problemas, os ataques, os cortes de verbas regulares, “especial-



mente nesses últimos tempos, nesse último governo neoliberal que não tem interesse em manter e sustentar as universidades públicas e o ensino público. Então, esse momento de passagem de aniversário da universidade é de celebração, mas também é de luta para que ela, apesar dos problemas, das dificuldades, possa continuar existindo e se consolidando como uma instituição a serviço da transformação da vida do povo trabalhador do Recôncavo”, concluiu Juvenal.

Com significativa experiência na luta sindical, o professor David Teixeira, ex-presidente da APUR, faz questão de ressaltar que a UFRB é o resultado do que o povo do Recôncavo e a sua comunidade interna fizeram dela, para além, obviamente, do necessário fomento de ordem federal e da política de interiorização. Mas também aponta a importante contribuição da comunidade interna, em especial da comunidade docente: “Os elementos de produção do conhecimento, os elementos de reivindicações de melhoria das condições para fazer pesquisa, extensão e ensino de qualidade no interior da Bahia, em especial na UFRB, foram fundamentais para o que a gente entrega hoje”, lembra o professor.

David ainda frisa que os movimentos de luta, inclusive as greves, trouxeram novas conquistas para a universidade; dando destaque para a greve de 2012, a maior greve da categoria até aqui, que conseguiu melhorias visíveis até hoje e já se consolidaram na característica e na organização da própria universidade; e para a greve de 2015, que gerou um grande avanço em pautas locais que hoje permite que a universidade possa fazer mais do que fazia antes.

Diante disso, o ex-presidente da

APUR afirma não ter dúvidas que o movimento docente, a APUR em especial dirigindo este movimento, tem uma contribuição importantíssima na formação da UFRB de hoje: “nós temos orgulho disso, muito orgulho de fazer parte desse processo. Mas ainda tem muito por ser feito, e a nossa luta é para fazer mais e melhor essa universidade, fazendo com que a nossa universidade se torne cada vez maior, com qualidade, visibilidade nacional e internacional das suas produções”, finalizou David.

Quem também defende o importante papel da APUR na consolidação e defesa da UFRB é o professor Herbert Martins, primeiro presidente eleito da associação. O professor é taxativo ao dizer que, não fosse a APUR, talvez os/as docentes da UFRB estivessem sob a tutela da UFBA. “Não uma tutela administrativa, mas uma tutela política de uma Universidade que foi única e absoluta durante 65 anos e que, talvez, por essa razão tenha construído o seu elã aristocrático de não querer dividir o seu espaço com ninguém, daí a ideia de filiar todos/as em único sindicato, aquele que denominamos à época de Sindicato de Salvador. A consequência maior disso seria a anulação da identidade política do/as docentes da UFRB. Este é o significado maior da APUR, a sua contribuição com o processo de consolidação da UFRB, a de ser e assegurar a sua identidade política, a sua alteridade. Vida longa à UFRB, vida longa à APUR”, defendeu Herbert.



# A URGÊNCIA EM DISCUTIR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM MEIO À CRISE NAS UNIVERSIDADES E O DEBATE SOBRE AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES



Das muitas pautas que compõem a luta da categoria docente, sem dúvida, as condições de trabalho são as mais reivindicadas e que sempre figuram nas discussões. Esta pauta tornou-se ainda mais urgente nos últimos tempos, com os novos desafios de ensino colocados pela pandemia da Covid-19 e o trabalho remoto, o posterior retorno presencial, a crise nas universidades públicas, gerada pelos constantes ataques do governo federal e, claro, as próximas eleições, que podem indicar a continuidade de tempos difíceis para a educação e servidores públicos ou a possibilidade de mudanças significativas.

Como já debatido inúmeras vezes, os/as docentes foram colocados em trabalho remoto por conta da pandemia da Covid-19, tendo que se adaptar com a nova situação, repensar a forma de ensinar e aprender a usar as ferramentas necessárias para o ensino remoto. Tudo isso alterando significativamente as demandas para condições de trabalho necessárias exigidas pelo momento.

Junto a essa nova realidade, a categoria ainda teve que conviver com as críticas e ameaças do governo federal e de parte da sociedade, que exigiam um retorno às aulas sem a garantia

não apenas de condições de trabalho, mas, principalmente, sanitárias. Nesse momento, a diretoria da APUR sempre teve o cuidado de reiterar a posição da categoria que entendia que o ensino presencial é insubstituível e a adesão ao ensino remoto se deu numa emergencialidade. Neste sentido, sempre cobrou o combate à pandemia e condições de trabalho para a retomada das atividades presenciais.

## A realidade pós retorno presencial

Agora que o retorno presencial já é uma realidade, a discussão em torno das condições de trabalho e os demais pontos já mencionados se faz necessária e urgente, ainda mais quando os relatos sobre o retorno começam a surgir.

A professora Kiki Givigi (CFP) conta que, ao retornar ao trabalho do Mestrado Profissional em Educação do Campo/CFP, encontrou o Centro em reforma parcial devido aos danos causados pelas chuvas – mofo, desabamento de tetos, problemas elétricos etc. “Um outro problema tem sido a ausência de equipamentos necessários para ministrar aulas com máscaras, o que certamente gerará problemas de saúde em médio prazo; bem como avaria de alguns

equipamentos. Também entendo que a ausência do espaço contínuo da biblioteca, cujas regras de utilização tornaram-se restritas, é um problema para nosso projeto político pedagógico no CFP”, pontua a professora.

Mas, para além desses pontos, a professora acredita que o maior problema seja a evasão, e que a universidade precisa investigar as múltiplas causas de evasão. “Certamente, uma delas é a crise estrutural e conjuntural que assola o mundo e o país, combinada a um governo autoritário, conservador e fascista que implementou políticas de destruição da educação, bem como gerou um desinvestimento na educação. Além dos recursos que perdemos, temos o que não foi investido – o que é a expectativa de toda instituição que cresce – que impede a produção de pesquisa, extensão e condições necessárias ao trabalho. Com a evasão, com a universidade esvaziada, todos os problemas crescem”, explica Kiki.

Na mesma linha de raciocínio, o professor Marcelo Freitas (CCAAB) define que o retorno foi tranquilo, mas, infelizmente, com um número reduzido de alunos. Ele ainda frisa o problema com a disponibilidade de equipamentos e materiais para dar suporte às aulas.

Já a professora Clotilde Assis (CCS) definiu a volta às atividades presenciais como sendo uma alegria, mesmo em meio a velhos e novos desafios que a universidade tem enfrentado: “tais como a necessidade de reorganizar o calendário acadêmico, as demandas de saúde (emocional e psicológica) e pedagógicas, a evasão/abandono dos estudantes, questões relacionadas à infraestrutura e o contingenciamento orçamentário. Mais do que ser resilientes no trabalho, precisamos assumir o papel de condutores em direção à mudança, para tornar o presente mais leve e mais feliz”, pondera a professora.

### A importância do retorno

Mesmo com esses e outros problemas, os/as docentes consultados defendem a importância do retorno. “O contato humano é importante para o melhor desempenho das atividades, poder captar a expressão dos alunos sobre o entendimento do conteúdo, além da possibilidade de aulas práticas em campo”, defende Marcelo.

A professora Clotilde também vê o convívio como algo importante no retorno. Para ela, a troca e o compartilhamento de experiências podem ganhar novos contornos e produzir efeitos emocionais positivos, além de fortalecer as vinculações. “Até mesmo os conflitos e impasses presentes na convivência real podem funcionar como estímulos disparadores para garantir a continuidade dos processos de aprendizagem e da (re) construção identitária dos estudantes. Adicionalmente, estamos vivendo um momento propício para fazer um balanço dos ganhos importantes que os recursos on-line nos proporcionaram e descobrir novas maneiras de trabalhar, em vez de fazer uma grande corrida para voltar à maneira antiga”, afirma.

Por sua vez, a professora Kiki Givigi vê no retorno uma forma de mostrar a vontade da categoria docente de defender a educação e o projeto pedagógico e o dever de abrir o debate com a comunidade universitária sobre que educação se quer, sobre a

importância das políticas públicas de educação, com destaque para as políticas afirmativas. Nas palavras da professora, “temos hoje uma PRO-PAE que sobrevive aos cortes, mas que não pode resistir infinitamente; o que é grave para todos, mas, sobretudo, para uma universidade com nosso perfil sócio econômico e racial”.

Talvez lembrando do aniversário da UFRB que se aproxima, Kiki ressalta que considera uma vitória ter uma universidade como a UFRB, lugar onde pode produzir ciência com povos que importam a este Brasil que é negro e, cuja maioria, é empobrecida pelo processo excludente de produção de riquezas. “Também precisamos debater a ausência de um Plano Nacional de Pós-Graduação, o que é muito grave. Somente há um mês o governo nomeou uma comissão para pensar diretrizes para a pós-graduação num país em que ciência e tecnologia estão concentradas na titulação e qualificação de cientistas, hoje totalmente em risco pela ausência de políticas consistentes na CAPES. Estamos sem Plano, sem Avaliação Quadrienal de nossos programas, sem investimento, em virtude do desgoverno. Imagine se não tivéssemos retornado? A universidade é nossa, é dos movimentos sociais do Recôncavo da Bahia e do Vale do Jiquiriçá! Não temos o direito de abrir mão dela, e precisamos fazer da universidade um lugar de debate sobre democracia e educação, algo em risco nos dias atuais. O retorno é condição para isso”, finaliza.

### O enfrentamento aos ataques às universidades públicas

Aproveitando as reflexões da professora Kiki, podemos também refletir sobre os processos de ataques que as universidades públicas vêm sofrendo, o que, na opinião do professor Marcelo, é algo complexo e preocupante, “no sentido de favorecer o sucateamento das instituições e possível fechamento, reduzindo as possibilidades de formação da população”.

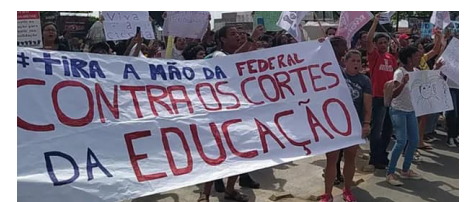
A professora Clotilde acredita que

os ataques às universidades públicas, além de ameaçarem o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e cultural do país, precisam ser vistos como ameaças ao processo civilizatório. “Nesse momento, é necessário ter mais confiança em nossas atitudes e comportamentos, reconhecer as falhas e ir além das notas de repúdio”, completa Clotilde.

Obviamente, nada de diferente se poderia esperar do atual governo que, como bem lembrou a professora Kiki, disse que a maior pandemia da história da humanidade é uma gripezinha.

Ainda conforme a professora Kiki, esse governo é uma ruptura com o processo de popularização da ciência, de produção de saber e investimento em tecnologia e ciência. Os quadros que ele nomeou para pensar a educação, o desuso do Plano Nacional de Educação, a ausência do Plano Nacional de Pós-graduação, os cortes nos recursos para a universidade, sobretudo os últimos, os ataques às políticas afirmativas e, por último e mais grave, o congelamento de recursos para a educação por 20 anos são provas cabais de um governo dedicado à destruição.

Indo ainda mais longe, Kiki acredita que tais questões e posicionamentos embasam políticas pensadas para desregular a educação pública e, possivelmente, beneficiar agentes privados. “Isso fica evidente diante dos escândalos que envolvem a rotina no Ministério de Educação em benefício de líderes político religiosos. A máfia da bala e da bíblia coordena o processo de arregimentação dos recursos da educação! Então, penso que é hora de dar cabo a isso não só por meio do processo eleitoral, como pela movimentação de sujeitos sociais que estão perdendo neste processo todo”, acredita a professora.





### Expectativas para as próximas eleições

Diante de todas essas questões (luta por condições de trabalho dignas e contra os cortes nos orçamentos das universidades), as próximas eleições terminam gerando grandes expectativas. Na opinião do professor Marcelo, se houver uma maior conscientização da população sobre as questões que prejudicaram e prejudicam o país “espero que com as eleições e mudanças nos governos, possamos mudar o estado de caos que o país se encontra”.

Mesmo em tempos de crise de representatividade e engajamento político, a professora Clotilde lembra que as eleições implicam a possibilidade de mudança e que, portanto, é necessário estar atentos às propostas de governo apresentadas pelos candidatos, “fomentar e ampliar reflexão crítica sobre o cenário político atual, confiar na integridade e segurança da urna eletrônica e nos man-

ter vigilantes ao processo eleitoral.”

Para falar sobre as expectativas com as próximas eleições, a professora Kiki denuncia a realidade do governo atual. Em sua avaliação, está evidente para qual classe social governa o Palácio do Planalto; já que é possível observar um crescimento estúpido da fome, do desemprego, da miséria. “Vivemos em meio a um ataque social racista, homofóbico e misógino, coordenado desde o Palácio da Alvorada, incentivado por meio de discursos e de ações que abrem mão da aplicação da justiça para crimes como esses”.

A professora ainda cita um total descontrole de juros, crescimento de exportações, aprofundamento de concentração de riquezas e terras, violência em direção a povos originários e negros e um provável movimento de milicianos tomando conta da segurança pública. Destaca ainda uma grave crise institucio-

nal com sobreposição dos poderes e descontrole das funções públicas.

Motivos para querer uma mudança não faltam, mas, como também pontua a professora Kiki, o caos não necessariamente leva à consciência, então é preciso conversar com as pessoas, dialogar com os/as jovens, ouvir o povo, “que mesmo em condições subalternas, são aqueles em quem devemos confiar. Quem aponta rumo para o país é seu povo organizado, é a rebelião às medidas autoritárias, é a juventude, é exatamente aquele que foi subalternizado pelo extenso e atual processo de colonização e modernização. Acredito nestes. E se há quem possa destituir pelo voto e pelo movimento os passos vis do capitalismo em curso são estes. Ademais, se temos opção em não sermos mais governados pelo fascismo, que o façamos junto com o povo organizado”, conclama professora.



# APUR PROMOVE CAFÉ DA MANHÃ NOS CENTROS DE ENSINO

No último dia 5, no Centro de Ciência da Saúde (CCS), a nossa associação deu início à atividade Café com a APUR. A atividade tem o objetivo de ouvir os/as docentes, principalmente sobre as demandas das condições de trabalho; a entrega dos kits/brindes aos/às filiados/as (uma caixinha contendo a carteirinha, uma squeeze e uma camisa) e, em certa medida, proporcionar um momento de confraternização. Também é o momento oportuno para dar início a uma campanha de filiação para ampliar os quadros da APUR, dialogando com os professores que ainda não são filiados ou os professores que acabaram de chegar na universidade.

O Café com a APUR no CECULT será realizado no início do próximo semestre.

**CAFÉ COM A APUR**  
**CCS**

PROGRAMAÇÃO:  
- CAFÉ COM OS/AS DOCENTES  
- ENTREGA DOS KITS/BRINDES  
- DISCUSSÃO DA PAUTA

**DIA 05/07**  
**(TERÇA) A PARTIR**  
**DAS 08:30H**

SALA 6 DO PAVILHÃO DE AULAS

**Pauta:**  
1. Informes  
2. Pauta Local  
3. O que ocorrer

**APUR**  
www.apur.org.br

**CAFÉ COM A APUR**  
**CETEC**

PROGRAMAÇÃO:  
- CAFÉ COM OS/AS DOCENTES  
- ENTREGA DOS KITS/BRINDES  
- DISCUSSÃO DA PAUTA

**SERÁ ÀS 10:30H, NO**  
**SAGUÃO DO**  
**PRÉDIO DO CETEC,**  
**DIA 27/07**

**Pauta:**  
1. Informes  
2. Pauta Local  
3. O que ocorrer

**APUR**  
www.apur.org.br

**CAFÉ COM A APUR**  
**CCAAB**

PROGRAMAÇÃO:  
- CAFÉ COM OS/AS DOCENTES  
- ENTREGA DOS KITS/BRINDES  
- DISCUSSÃO DA PAUTA

**9H, NA SALA 4 DO**  
**PAVILHÃO DE**  
**AULAS 2,**  
**DIA 27/07.**

**Pauta:**  
1. Informes  
2. Pauta Local  
3. O que ocorrer

**APUR**  
www.apur.org.br

**Café com APUR**  
**CETENS**

PROGRAMAÇÃO:  
- CAFÉ COM OS/AS DOCENTES  
- ENTREGA DOS KITS/BRINDES  
- DISCUSSÃO DA PAUTA

**QUINTA-FEIRA,**  
**DIA 28/07, DAS**  
**14:30H ÀS**  
**17:00H**

**Pauta:**  
1. Informes  
2. Avaliação sobre o retorno presencial e pauta Local  
3. O que ocorrer

**APUR**  
www.apur.org.br

**CAFÉ COM A APUR**  
**CAHL**

PROGRAMAÇÃO:  
- CAFÉ COM OS/AS DOCENTES  
- ENTREGA DOS KITS/BRINDES  
- DISCUSSÃO DA PAUTA

**28/07,**  
**ÀS 09:00 HORAS,**  
**SALA 07**

**Pauta:**  
1. Informes  
2. Pauta Local  
3. O que ocorrer

**APUR**  
www.apur.org.br

**CAFÉ COM APUR**  
**CFP**

PROGRAMAÇÃO:  
- CAFÉ  
- ENTREGA DOS KITS/BRINDES  
- DISCUSSÃO DA PAUTA

**QUARTA-FEIRA**  
**DIA**  
**27/07 ÀS**  
**17:00 HORAS**  
**SALA 06**

**Pauta:**  
1. Informes  
2. Avaliação sobre o retorno presencial no CFP  
3. O que ocorrer

**APUR**  
www.apur.org.br

## DELEGADO DA APUR NO 65º CONAD AVALIA QUE O EVENTO NÃO AVANÇOU NAS DISCUSSÕES SOBRE AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES E AS ESTRATÉGIAS DE LUTA DA CATEGORIA



Entre os dias 15 a 17 de julho, as seções sindicais do ANDES-SN estiveram reunidas no 65º Conad, ocorrido em Vitória da Conquista (BA). Na oportunidade, os/as delegados eleitos por suas respectivas seções sindicais discutiram e deliberaram questões sobre a conjuntura política nacional, a retomada presencial, o fortalecimento da luta pela educação pública, entre outras.

A APUR, que inicialmente seria representada pelo professor Orahcio Sousa, mas ficou impossibilitado de participar, acabou sendo representada pelo professor José Arlen Beltrão.

Apesar da discussão sobre a conjuntura política ter evidenciado que o país ainda enfrenta uma grave crise capitalista, o professor José Arlen avaliou que não houve avanço na discussão da luta para derrubar o governo Bolsonaro, que é o principal inimigo da educação pública e da universidade pública brasileira: “É imprescindível colocarmos um fim no governo Bolsonaro. Se nos últimos anos não conseguimos construir a mobilização necessária para isso, nesse momento o principal espaço são as eleições. Nesse sentido, a menos de 3 meses da eleição mais importante dos últimos anos, esperava-se que o sindicato dedicasse parte do tempo deste caríssimo evento a definir sua atuação em face da batalha de outubro próximo. Afinal, o que se joga neste momento é se interromperemos ou não a destruição sistemática do país, incluindo a educação e o ensino superior”, pontuou o delegado da APUR.

O professor ainda colocou que a direto-

ria não pautou as eleições e que nenhuma resolução foi apresentada sobre o assunto. Apenas docentes do Fórum Renova Andes-SN apresentaram uma proposta de dirigir ao único candidato do campo popular que pode chegar ao segundo turno, e mesmo vencer no primeiro, Lula, uma plataforma com as demandas da categoria.

Ainda assim, a discussão sobre a plataforma foi jogada para a undécima hora do Congresso. Ao final, resolveu-se apenas delegar à diretoria a tarefa de redigir uma carta dirigida a todos os candidatos, exceto a Bolsonaro, cujo conteúdo não foi debatido. De modo geral, a Carta de Vitória da Conquista não menciona as eleições, salvo numa genérica passagem que diz: “o desafio de derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo, que representam o retrocesso político e civilizatório que o país atravessa”.

A expectativa era que o 65º Conad discutisse as estratégias e as táticas de luta para o próximo período, principalmente no que diz respeito ao avanço na mobilização e na sensibilização dos/as docentes para as pautas da categoria, principalmente no contexto de defasagem salarial, de ataque à universidade pública e aos seus servidores, entretanto, não foi isso que aconteceu, boa parte do evento foi dedicada a discutir ainda pautas que não foram vencidas no último congresso, inclusive as pautas em relação ao retorno presencial.

Sobre essa pauta, ficou exposta a necessidade de atualização do plano sanitário que a categoria havia elaborado para o retorno às atividades presenciais. Ainda sobre medidas sanitárias, os/as presentes definiram algumas diretrizes, e as

seções sindicais vão desenvolver ações de luta que defendam a garantia de estrutura física de funcionamento das universidades com segurança para o retorno, bem como a construção democrática de um “Plano Sanitário e Educacional: em defesa da vida e da educação”.

A plenária ainda abordou o enfrentamento ao Reuni digital e outros ataques à educação e ações em defesa das condições de trabalho e da qualidade do ensino público e apontou a necessidade do ANDES-SN continuar lutando pela revogação da Emenda Constitucional 95, pela construção de uma greve do Setor da Educação.

Um fato que precisa ser mencionado também é que o Conad foi realizado exatamente no mesmo período da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), que é a conferência que agrupa todas as entidades sindicais e científicas do setor, com exceção, infelizmente, do ANDES-SN, e isso, por um lado, impactou negativamente no Conad, porque muitos delegados estavam no Conape, e, por outro lado, o ANDES deixou de intervir no principal fórum de luta da educação brasileira, “inclusive debatemos e defendemos que o ANDES passasse a integrar o Conape, e o resultado dessa discussão foi aprovar que o Andes consulte suas bases através das seções sindicais a sua participação no Conape, o que, apesar de um encaminhamento tardio, é um encaminhamento positivo”, ponderou o professor José Arlen.

Por fim, a plenária aprovou que o 66º Conad ocorra na cidade de Campina Grande, na Paraíba, sendo organizado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (AdufcgSSind).

